

**JORNAL DO BRASIL**

Fundado em 1891

M. F. DO NASCIMENTO BRITO — *Diretor Presidente*MARIA REGINA DO NASCIMENTO BRITO — *Diretora Executiva*ETEVALDO DIAS — *Diretor (Brasília)*WILSON FIGUEIRÊDO — *Diretor de Redação*DACIO MALTA — *Editor*MERVAL PEREIRA — *Editor Executivo*ROSENAL CALMON ALVES — *Editor Executivo***Os Dois Fantasmas**

O Brasil conseguiu o que parecia impossível: um acordo de 30 anos para a complexa crise da dívida externa que completava 10 anos. Por que a sociedade não resolve também de uma vez problema tão ou mais grave que é a inflação, arrancando pela raiz a causa básica da instabilidade econômica e social, os déficits fiscais e da Previdência?

A solução está ao alcance do Congresso. Basta que faça jus à confiança que a nação nele depositou para resolver os problemas políticos e se pôr de acordo, também, para a grande responsabilidade de adotar, no atacado, as reformas estruturais que reponham o país no rumo seguro da modernidade e afastem o fantasma da hiperinflação.

O Congresso deve operar o exame do Projeto de Reforma Fiscal com a urgência e a profundidade exigidas pela delicadeza do quadro econômico e social brasileiro. Divergências políticas com o governo — que se travam no âmbito específico da CPI — não devem afastá-lo do dever maior com a sociedade brasileira: o de proporcionar ao Estado instrumentos eficazes de administração nos campos econômico e social.

Quase 150 milhões de brasileiros exigem que o país volte a crescer com segurança e estabilidade. Sem recessão, mas também sem a inflação que achatou e concentrou a renda *per capita* nos últimos 12 anos. Todos estão de acordo — a começar pelo ministro da Economia, Marcílio Marques Moreira — que a atual política monetária tem pouco fôlego para conter a inflação sem um ajuste fiscal duradouro.

O ministro Marcílio Marques Moreira tem conseguido manter um tênue ajuste fiscal para evitar que a inflação se desgarre da faixa dos 20% ao mês. A inflação não galopa, como no passado, mas também não baixa. É que os agentes econômi-

cos, ainda viciados por 25 anos de indexação e ressabiados por choques e pacotes, resistem a cortar custos e a baixar preços e margens operacionais.

Sem o ajuste, o Brasil corre duplo risco: da hiperinflação ou de reutilização do paliativo da indexação plena, que já provou no governo passado não evitar a hiperinflação.

Os empresários aguardam sinais claros de que o Estado resolveu estabelecer um limite para o seu avanço sobre a poupança privada, com o objetivo de saciar a fome de recursos fiscais. O projeto de Reforma Fiscal estabelece esses limites e cabe ao Congresso examiná-los, soberanamente, aprovando-os ou fazendo as emendas que julgar necessárias. Não há espaço para a omissão nem o jogo maroto do empurra, à espera de definições políticas em relação ao governo, no âmbito da CPI.

Depois de longos e aprofundados estudos, o governo apresentou à sua proposta de reforma fiscal, que engloba uma completa revisão dos impostos, incluindo a sua incidência e a divisão do dinheiro arrecadado entre a União, estados e municípios. A proposta, ao visar retirar as empresas da informalidade, levando-as a pagar menos impostos e encargos sociais, fixados exageradamente altos na Carta de 1988, pode exigir revisão constitucional, mas isso não deve adiar as mudanças.

Sem aprofundar o ajuste fiscal — que vem sendo levado a efeito, com grande sacrifício para a atividade econômica e o emprego — mediante uma reforma tributária que simplifique os impostos (e o rateio dos gastos do Estado entre os cidadãos e as empresas), o Brasil não se livrará dos fantasmas da inflação e da recessão que o perseguem há anos e que hoje o colocam com os piores índices na América Latina.